

Pesca Artesanal: identidade e representatividade da mulher pescadora

RESUMO

Na pesca artesanal os homens possuem papel de destaque sendo retratados como mestres de pesca. Já as mulheres têm que conciliar os afazeres domésticos, o cuidado com os filhos e família com suas atividades de pescaria, ocasionando a deslegitimação e invisibilidade da mulher pescadora. O objetivo foi investigar como a questão do gênero está presente no contexto da pesca artesanal nas comunidades pesqueiras beneficiárias da Reserva Extrativista (RESEX) Acaú-Goiana. Para tal, foram acompanhadas as reuniões do Conselho Gestor Deliberativo da RESEX e aplicados questionários de entrevistas com as pescadoras. A atividade das mulheres está relacionada à pesca principalmente de moluscos e crustáceos no estuário da RESEX com forte autoafirmação da pescadora/marisqueira, que luta por sua representatividade em diferentes frentes sociais. Essas pescadoras começaram a ocupar os espaços de gestão, cargos esses que eram quase que exclusivamente ocupados por homens, e atualmente elas atuam na gestão local.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade Pesqueira. Reserva Extrativista. Gênero.

Ivo Raposo Gonçalves Cidreira Neto

E-mail: ivo.raposo@hotmail.com
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

Gilberto Gonçalves Rodrigues

E-mail: gilbertorodrigues.ufpe@gmail.com
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

Ana Lúcia Bezerra Candeia

E-mail: analucia@ufpe.br
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal é uma atividade amplamente desenvolvida no Brasil, sendo responsável por mais da metade da produção pesqueira nacional (SILVA, 2014). Antônio Carlos Diegues (1983) aborda que essa categoria não é antagônica aos processos econômicos, porém, ela está enquadrada nos padrões da pequena produção mercantil. Cada tipo de pescado vai envolver um tipo de pescaria, que será realizada por um determinado profissional (pescador/pescadora) (RAMALHO, 2016).

A atividade pesqueira é uma profissão onde a questão de gênero é fortemente agregada, enaltecendo o homem pescador como “mestre” e detentor do conhecimento pesqueiro. Na pesca realizada pelas mulheres, a principal atividade pesqueira é a catação de moluscos e crustáceos, atividade essa que apresenta um menor prestígio dentre os pescadores (FIGUEIREDO; PROST, 2014). Na pesca embarcada, a participação da mulher é negligenciada, não sendo comum à sua presença nesse tipo de pescaria (RAMALHO, 2012; RAMALHO; SANTOS, 2018), por vezes, embasado no preconceito de que, a presença da mulher na embarcação acarreta azar na pescaria.

Além das atividades diárias na pesca, as mulheres são sobrecarregadas com os afazeres domésticos, cuidados dos filhos, da casa, e beneficiamento e venda do produto pescado pelos maridos (FASSARELLA, 2008). Ou seja, existe a participação da mulher em todo o processo de pesca artesanal, porém, por vezes, as mulheres não são reconhecidas socialmente como pescadoras. Dessa forma, existe uma divisão a partir do gênero na pesca artesanal, onde a atividade das mulheres é constantemente desvalorizada (FONSECA et al., 2016).

Entender como a questão do gênero influencia na dinâmica das comunidades pesqueiras é de fundamental importância, visto que as mulheres pescadoras atuam diariamente nos ecossistemas costeiros e sustentam famílias com base na pesca artesanal. Para Jhader Carmo et al., (2016) a prática pesqueira da mulher é realizada principalmente nos manguezais, por esses ecossistemas estarem situados próximos às suas residências, o que facilita a junção do extrativismo com o trabalho doméstico. Dessa forma, é destinada às pescadoras uma prática de valor secundário, diferente da que é praticada pelos pescadores, que realizam uma atividade de maior prestígio e rentabilidade.

Quanto à questão de direitos, em 1979 as mulheres pescadoras começam a ser reconhecidas legalmente na profissão, garantindo assim o acesso a direitos sociais. Em 2004 tem-se a criação do movimento Articulação das Mulheres Pescadoras, durante a Conferência da Pesca em Brasília. Porém, apenas em 2009, as pescadoras que desempenham alguma função na cadeia produtiva da pesca artesanal, saem da invisibilidade política e enquadram a categoria de pescadora a partir da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 (LEITÃO, 2015). A inclusão das pescadoras responsáveis pelo processo de beneficiamento do pescado é algo que gera ampla discussão, principalmente quando se refere ao recebimento do seguro defeso¹. Um exemplo foi o ocorrido em 2011 na Lagoa dos Patos, no Estado do Rio Grande do Sul, onde as pescadoras tiveram o seu auxílio cortado quando o Ministério do Trabalho e Emprego não reconheceu as mulheres que participavam do beneficiamento do pescado como pescadoras (HELLEBRANDT, RIAL; LEITÃO, 2016).

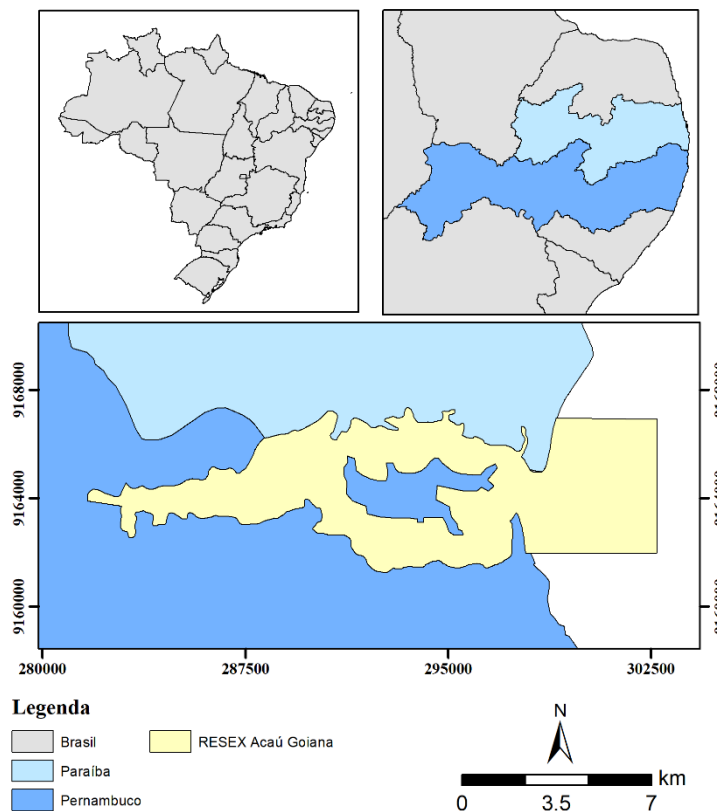
A partir dessa contextualização, fica perceptível que as relações de gênero afetam diretamente o desenvolvimento da pesca artesanal, bem como as relações sociais presentes nessa atividade. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo investigar como a questão do gênero está presente no contexto da pesca artesanal.

Como forma de facilitar a compreensão do artigo, aqui será atribuído a nomenclatura de pescadora, para toda e qualquer mulher que realize a pesca artesanal, mesmo que a entrevistada se considere mais especificamente como marisqueira. Mais adiante será discutido como essa questão de identidade está estruturada nessa profissão.

A RESERVA ESTRATIVISTA ACAÚ-GOIANA E OS MÉTODOS

A pesquisa foi realizada na Reserva Extrativista (RESEX) Acaú-Goiana (Figura 1), sendo está uma Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável, localizada entre os Estados de Pernambuco (PE) e Paraíba (PB).

Figura 1: Localização da Reserva Extrativista Acaú-Goiana



Criado Por Hévila Mendes

A criação dessa UC teve como protagonismo a articulação das mulheres pescadoras da comunidade de Acaú, que por meio da Associação de Marisqueiras de Acaú (AMA), conseguiram junto ao IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), a implementação da RESEX em

2007 (FADIGAS; GARCIA, 2010). Posteriormente outras lideranças da pesca, como presidentes de colônias, associações e comunitários se juntaram com os órgãos ambientais e com universidades para dar início ao processo de criação.

A RESEX foi instituída através do Decreto s/nº de 26 de setembro de 2007, apresentando um Conselho Gestor Deliberativo (CGD) para realizar a gestão local de forma participativa (LIMA; SELVA; RODRIGUES, 2016). Possui uma área total de 6.676,6 hectares e consta com seis comunidades beneficiárias, sendo: (i) Carne de Vaca, Povoação São Lourenço, Tejucupapo e Balde do Rio, no Município de Goiana – PE, (ii) Porto de Congaçari, no Município de Caaporã – PB, e (iii) Acaú, no Município de Pitimbu – PB.

A pesquisa foi realizada com mulheres pescadoras beneficiárias da RESEX. Como critério de inclusão, foram entrevistadas apenas mulheres reconhecidas socialmente como especialistas nativas, ou que ocupam cargo de gestão (Associação, Colônia de Pescadores e Representantes Locais no Conselho Gestor).

Para os procedimentos em campo, foram realizadas imersões nas comunidades pesqueiras beneficiárias, com o objetivo de realizar entrevistas livres com as pescadoras, buscando investigar como é articulada a participação feminina na pesca artesanal, além de participar das reuniões do Conselho Gestor Deliberativo (CGD) da RESEX. Dessa forma, foram entrevistadas 14 pescadoras durante todo o processo de imersão, e foram acompanhadas um total de quatro reuniões. O trabalho parte de uma perspectiva dialética (Antônio GIL, 2008) na investigação da realidade local, utilizando uma abordagem qualitativa para a análise.

A pesquisa consta com a aprovação do Comitê de Ética Humana da UFPE (nº 2.337.271), e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), através do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) (nº 58139-1).

PESCADORAS OU MARISQUEIRAS

A pesca artesanal em si é um meio em que prevalece a imagem do homem, intitulado como mestre da pesca (ANDRADE, 2016), reflexo da estrutura social que destina as atividades de trabalho como espaços masculinos. Já no caso das mulheres, estas são, por vezes, invisibilizadas, visto que não é permitida (ou incentivada) a sua participação na pesca embarcada, que ocorre no alto mar. Cabe aqui ressaltar que esse fato é referente a preconceitos sociais históricos na pesca artesanal, além da quantidade de dias necessários para a realização desse tipo de pescaria (em média 5 dias), em que as pescadoras não podem se ausentar de suas residências devido aos cuidados da casa e dos filhos. Abaixo, segue a fala de uma das pescadoras entrevistadas, abordando a diferença nos tipos de pesca entre homens e mulheres:

“Pesca essa daqui de baixo, pesca marisco, ostra, e muitas, tem muitas que pesca aratu, siri, sururu, essa são mais as pescas das mulheres daqui. De peixe é mais difícil, é mais difícil ter mulher. Tem mulher que vai, agora é mais difícil”

Esse é um dos mais antigos paradigmas da pesca, que necessita ser quebrado e/ou revisto, visto que as mulheres são tão importantes e capazes quanto os homens na pesca artesanal, participando por diversas vezes, no processo de beneficiamento do produto pescado pelo marido, ou seja, contribui de forma direta para a continuidade dessa atividade. Thiago Santos (2016) aponta que o papel histórico da mulher na pesca é fundamentado nos cuidados de casa e o beneficiamento do produto pescado, limitando a sua maior independência.

A mulher pescadora começa a reverter o processo de invisibilização a partir da autonomia financeira proporcionada pela pesca artesanal, resultado de amplo conhecimento pesqueiro e uso/domínio de apetrechos de pesca (MARTINS; ALVIM, 2016). A identidade da mulher se constrói e se forma a partir da autonomia na pesca, onde ela decide o que vai pescar e como vai pescar.

Ainda é perceptível que as mulheres estejam majoritariamente relacionadas à pesca realizada nos ecossistemas ligados à costa, como estuários e praias. Esse fato é devido a não necessidade de utilização de embarcações e apetrechos mais sofisticados, como os que são utilizados na pesca em alto mar. Dentre os recursos pesqueiros, os mais comumente utilizados são para a pesca de moluscos e crustáceos, como fica claro na seguinte fala

“elas têm cada uma tem sua pesca, tem a pescadeira de siri, tem as de aratu, cada uma é sua área, tem as de ostra, tem as do sururu”.

No entanto, esses tipos de pesca são vistos como de menor prestígio no meio pesqueiro (FIGUEIREDO, 2013), mesmo sendo uma das principais atividades de geração de renda familiar.

Com relação à identidade da mulher pescadora, existem duas principais terminologias mais específicas utilizadas, sendo pescadoras/pescadeiras e marisqueiras. Nesse momento cabe uma análise mais aprofundada sobre a sua representatividade e utilização. Pescadora ou pescadeira está geralmente ligada a presença da mulher na pesca, com rede e/ou com embarcações, porém, o termo não se restringe apenas a esse tipo de pescaria. Ser pescadora é algo referente a identidade; não existe um tipo específico de pescaria que configure aquela mulher como pescadora.

“É como eu digo, faz muitos, mas muitos anos que eu ia pras croas mais vó pra catar marisco. Eu não lembro nem da época, mas é, meu avô era pescador, minha avó era marisqueira, os pais dos meus pai, ai assim, a gente cavou marisco, hoje eu não posso mais por meu problema de saúde, não posso mais, mas, eu nunca vou deixar de ser pescadora não, tanto que eu tenho outra profissão mas, não uso como profissão. Eu uso pra ajudar, mas não como profissão, eu nunca digo pra ninguém que eu sou técnica de enfermagem, não, eu sou pescadora.”

O termo marisqueira está intrinsecamente ligado a pesca artesanal do marisco, que historicamente é realizado com predominância do sexo feminino.

Porém atualmente ele ganhou um novo significado, sendo utilizado para todas as mulheres que trabalham na pesca artesanal, ou seja, ser marisqueira é toda a mulher que pesca. Como o meio da pesca artesanal é historicamente machista, denominar as mulheres de marisqueira é uma forma de deslegitimar a mulher na pesca artesanal, criando dois grandes grupos, os pescadores, socialmente reconhecidos como mestres da pesca, e as marisqueiras, composto pelas mulheres que praticam pescarias de menor prestígio. Para Roseni Calazans (2017), a partir de um estudo na Bahia, Nordeste do Brasil, é perceptível que o termo esteja ligado apenas à questão do gênero, onde mulher é marisqueira e, homem é pescador.

O uso do termo marisqueira pode agregar uma separação das mulheres no setor pesqueiro, porém, traz agregado significantes simbologias acerca da representatividade, podendo ser utilizado como significado de resistência. Se intitular marisqueira representa não só o orgulho pela profissão, como também remete ao poder da mulher em um meio dominado pelo padrão masculino.

A terminologia pescadora faz alusão principalmente às mulheres que trabalham com embarcações e pesca com redes; já marisqueira vem como um tipo de pescaria de menor complexidade (GOES; CORDEIRO, 2018). Os dois termos acabam se referindo à mesma atividade, como relatado:

“Pescadora e marisqueira é a mesma coisa, porque a gente que tem a carteira de pesca, a gente não tem carteira de marisqueira, tem carteira de pescador artesanal”. Ou seja, as mulheres vão se autoafirmar enquanto pescadoras ou marisqueiras, utilizando essa terminologia como forma de resistência ao padrão sexista da pesca.

Cada comunidade está situada em uma realidade, sendo o conjunto de fatores locais que vai impulsionar como o movimento das mulheres vai se identificar, levando em consideração organizações políticas e sociais, para reivindicação de direitos pesqueiros. Porém, cabe aqui deixar uma ressalva, que nenhuma nomenclatura deve ser utilizada como forma pejorativa ou sexista; pescadora ou marisqueira se refere a autoafirmação e construção política. Traz a efetivação da mulher na pesca, que agrega não somente questões de representatividade social, mas também, garante a própria conservação do ambiente (ETTINGER et al., 2015).

O objetivo aqui não é identificar se a terminologia está “correta”, e sim, entender como esses termos foram moldados e qual a sua abrangência na pesca artesanal. Percebe-se que a questão de gênero pode influenciar na denominação de uma categoria de trabalho, e seu reconhecimento não pode permanecer negligenciado. O homem pescador sempre foi reconhecido como mestre de pesca, então, como forma de atribuir a igualdade de gênero na pescaria, que sejam as mulheres reconhecidas como mestras, sem importar a sua autodenominação (pescadora, pescadeira ou marisqueira). Esse título não seria algo simplesmente doado, e sim, é referente ao extenso trabalho de várias gerações de mulheres, que apresentam saberes que vão além do conhecimento ecológico local e da dinâmica pesqueira.

PROCESSOS DE GESTÃO DA PESCA

O CGD da RESEX é formado por quatro esferas, subdivididas em membros titulares e suplentes. Para o ano de 2017, foram instituídos como titulares os seguintes representantes:

- Órgãos públicos ambientais e em áreas afins: ICMBio, Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco - CPRH, Prefeituras Municipais de Goiana, Pitimbu e Caaporã;
- Usuários do Território: Carne de Vaca, Povoação São Lourenço, Tejucupapo, Balde do Rio, Congaçari e Acaú;
- Organizações da Sociedade Civil Não Governamentais: Conselho Pastoral da Pesca - CPP, LAFRAGE-HOLCIM, Serviço Social da Indústria – SESI, Associação das Empresas do Polo Pernambuco e Paraíba;
- Instituições de Ensino e Pesquisa: Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj e Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Dessa forma, a gestão pode ser realizada de forma participativa e compartilhada nas tomadas de decisão e construção de Acordos de Gestão e Planos de Manejo (LIMA; SELVA; RODRIGUES, 2016). São realizadas quatro reuniões por ano, onde cada reunião é realizada em uma comunidade, no formato de rodízio, para a contemplação de todas.

A gestão compartilhada é algo que vem ganhando destaque com as Reservas Extrativistas, buscando integrar as comunidades beneficiárias na gestão e uso sustentável do ambiente. Os atores sociais devem se incluir nesses espaços de gestão, visto que a sua não inclusão pode resultar em um processo de gestão falho, ocasionando, por exemplo, em perda da qualidade ambiental do local (ALVES; HANAZAKI, 2015). As mulheres, como ocorreu no próprio processo de criação da RESEX Acaú-Goiana, apresentam relevante importância na articulação da gestão local, devido a sua capacidade de gerenciar não apenas o que lhe compete, mas sim, incluindo todos os comunitários.

Marina Figueiredo (2015) traz que as pescadoras estão cada vez mais engajadas nos processos decisórios, ocupando cargos de liderança pesqueira que, antes era negada por questões de gênero. A (re)afirmação das mulheres pescadoras, nos momentos de gestão, agrega empoderamento feminino, resultando em uma recente quebra de paradigma acerca dos cargos políticos na pesca artesanal, possibilitando engajamento nas questões políticas, econômicas, sociais e ambientais.

O empoderamento do sexo feminino possibilitou a reivindicação de direitos sociais para todo o setor pesqueiro, possibilitando a quebra do padrão hegemônico da divisão sexual do trabalho, resultando na construção de agente sociais politizados, fortalecendo a reafirmação da profissão de pescadora (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012). Os autores ainda comentam que, a partir da garantia de voz para as mulheres pescadoras, todos os comunitários são representados, principalmente em questões voltadas à política pesqueira. Esta representatividade é visível na RESEX Acaú-Goiana, desde sua criação.

Quando se fala dos momentos de tomada de decisão nas reuniões do CGD, na RESEX Acaú-Goiana, as mulheres pescadoras apresentam presença marcante, sendo as principais responsáveis pela reivindicação de direitos voltados a pesca,

bem como pelo repasse de demandas internas e informações pertinentes à pauta da reunião. É notável a crescente participação feminina nos cargos de liderança pesqueira, ocupando papéis de destaque nas associações e colônias de pescadores, tornando perceptível a preocupação das mulheres com os processos decisórios e gestão da pesca (FIGUEIREDO, 2013). Cabe aqui ressaltar a fala de uma pescadora residente em Tejucupapo sobre os representantes do CGD:

“Os homens não querem, por mais que a gente chame eles não querem ir, só tinha um homem e esse mesmo saiu e não quis mais”.

As pescadoras se apropriam dos lugares de fala, não apenas para questões voltadas à sua arte pesqueira, mas sim, para toda a categoria, agregando quase que um sentimento de lealdade com a pesca e companheiros de profissão. As mesmas mulheres que por vezes são negligenciadas no meio pesqueiro, ficando apenas responsáveis pela pescaria nas áreas próximas a costa (praias, rios e manguezais), apresentam fundamental importância na luta por direitos pesqueiros de toda a categoria. As pescadoras buscam pela garantia do desenvolvimento de uma pesca justa, promovendo equidade entre os gêneros e sustentabilidade da pesca.

“A gente que é mulher tá ali no dia a dia da luta, conhece é quem tem que tomar a frente mesmo isso aí né, dessas gestão que é pra tá, reivindicar os direito né, porque se não tiver as mulheres mesmo minha filha, os homens está muito apagado (...) eu acho que é importante né, cada vez que as mulheres toma a frente disso aí, porque é ela quem vive na luta, elas quem sabe bem né”

Poucos pescadores utilizam os momentos de reunião para expressar sua opinião, isso é explicado por uma fala marcante nas reuniões, ditas por vários pescadores: *“pescador não gosta de reunião não”*. Dessa forma, ficam sujeitos a decisões de terceiros, devido à baixa participação nos processos de gestão. A premissa de que os espaços políticos são formados majoritariamente por homens, onde as mulheres apresentam baixa participação (presencial e de expressar opinião) (CIOMMO, 2007) começa a passar por novas requalificações.

De fato, a presença do sexo masculino ainda é a mais marcante, devido a maior abrangência das artes pesqueiras desenvolvidas pelos homens, porém, tem-se um aumento no envolvimento feminino nesses espaços, demonstrando fortes opiniões e argumentos, participando ativamente nos processos decisórios. Trazer cada vez mais mulheres pescadoras para as questões de gestão é de fundamental importância, introduzindo o olhar singular da mulher pescadora, bem como de todo o seu conhecimento acerca dos processos sociais, econômicos e ambientais da pesca, nos momentos de construção, implementação e conscientização dos pescadores acerca das legislações pesqueiras.

Segue relato de uma pescadora da RESEX acerca da aplicação da legislação no local, e a sua condição como membro da comunidade:

“Existe ainda o pescador que não está cuidando, mas também, a maioria do povo diz que a justiça, ou pelo

menos a Reserva só funciona pro pescador, não funciona pros outros [...] a gente vê as coisas erradas, eu sempre digo ao pessoal, o meu dever é conscientizar o pescador e não punir, eu sempre aviso, tome cuidado, isso está errado, se pegar vai ser punido, eu acho que esse é meu trabalho, e não fiscal”

As pescadoras não assumem posição de fiscalização e punição, visto que essa é uma das atividades que competem aos órgãos ambientais. Porém, elas não deixam de usar os espaços de fala, bem como momentos individuais, para conscientizar os colegas de profissão, atuando de forma mais eficaz.

As comunidades de Carne de Vaca, Povoação São Lourenço, Tejucupapo, Balde do Rio e Acaú apresentam marcante participação das pescadoras como representantes locais nos momentos de reunião, sendo também as responsáveis pelo intercâmbio entre com trocas de experiências com outras comunidades pesqueiras, bem como outras unidades de conservação. Congaçari é a única que não consta com a participação do sexo feminino no CGD, principalmente devido à baixa presença de pescadoras no local, porém, sempre que possível, as pescadoras lá residentes marcam presença.

Cabe comentar ainda que a forma como a gestão vai incluir os pescadores e pescadoras nos processos decisórios está diretamente relacionada com a aderência da classe nos processos de construção da gestão. A integração da comunidade, juntamente com todo o conselho competente da unidade de conservação, possibilita a construção de ações, acordos de gestão e planos de manejo de forma justa, reduzindo problemáticas envolvendo conflito acerca do uso dos recursos locais (CIDREIRA-NETO; RODRIGUES, 2017).

Entre os anos de 2016 e 2018 a RESEX Acaú-Goiana passou por duas gestões do ICMBio, onde cada uma apresenta pontos positivos e negativos, a partir da perspectiva das pescadoras. Cabe ainda ressaltar, que no ano 2019, essa gestão também está passando por mudanças marcantes, onde até o final deste ano outro gestor será encarregado. Essa constante modificação, além de não possibilitar ações coesas e continuadas para promover a sustentabilidade local, pode confundir os pescadores e pescadoras, principalmente devido ao fato de que cada gestão é marcada por diferentes perspectivas e formas de gerir o ambiente. No entanto, percebe-se que a participação das pescadoras tem sido fundamental para manter e perpetuar a forma de organização social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres pescadoras estão saindo da invisibilidade da pesca artesanal, e começaram a ocupar locais de fala que antes eram negados a sua participação, permitindo novas configurações quanto a questão de gênero no meio pesqueiro. As pescadoras deixaram de sentir menosprezadas e, a partir de um empoderamento, constroem um novo sentimento, onde pescadoras, pescadeiras e marisqueiras reivindicam seus direitos e lutam por uma pesca mais sustentável e justa. A RESEX Acaú-Goiana é um importante exemplo da participação da mulher na pesca artesanal e de como incluir novas formas de gestão participativa.

A questão da política na pesca artesanal necessita da incorporação e discussão acerca da perspectiva de gênero, na qual empodera as mulheres pescadoras para que sejam reconhecidas pela sua competência e ocupem esses locais. Trazer toda a comunidade para participar dos processos de gestão agrega benefícios para toda a categoria, quebrando paradigmas ultrapassados, possibilitando assim novas formas de gestão.

Artisanal Fisheries: identity and representativeness of the fisherwoman

ABSTRACT

In artisanal fishing the men play a prominent role being portrayed as masters of fishing. The women, on the other hand, must reconcile household chores and childcare and family with her fishing activities, sometimes causing the delegitimizing and invisibility of female fishing. The objective was to investigate how the issue of gender is linked in the context of artisanal fishing in communities benefiting from the Acaú-Goiana Extractive Reserve (RESEX). For this purpose, the meetings of the RESEX Deliberative Management Council and interviews were carried out with the fisherwomen. Women's activity is related mainly to fishing for mussels and crabs in the estuaries in the RESEX with weak self-affirming of fisherwoman / shellfish-gathering, that fighting for their representativeness on different social fronts. Those fisherwomen are beginning to occupy the management sites, positions that were almost exclusively occupied by men, and currently they play role in the management of fishing territory.

KEYWORDS: Fishing community. Extractive reserve. Gender.

Pesca artesanal: identidade y representatividad de las mujeres pescadoras

RESUMEN

En la pesca artesanal, el hombre tiene un papel destacado, siendo retratado como maestro de la pesca. La mujer, por otro lado, trata de conciliar las tareas domésticas y el cuidado de sus hijos con su pesca, a veces causando la deslegitimación e invisibilidad de la pesca femenina. El objetivo fue investigar cómo se vincula el género en el contexto de la pesca artesanal. El estudio se realizó en las comunidades pesqueras beneficiarias de la Reserva Extractiva (RESEX) Acaú-Goiana. Con este fin, se siguieron las reuniones del Consejo de Manejo Deliberativo RESEX y se realizaron entrevistas gratuitas con los pescadores. La actividad de las mujeres está más relacionada con la pesca de moluscos y crustáceos en manglares y ríos, y la autoafirmación de la mujer / marisco y la lucha por la representatividad en diferentes frentes sociales. Los pescadores están comenzando a ocupar los sitios de gestión, puestos que estaban ocupados casi exclusivamente por hombres, y actualmente trabajan en la gestión del espacio de pesca.

PALABRAS CLAVE: Comunidad de pescadores. Reserva Extractiva. Género.

NOTAS

¹ Seguro defeso é um programa do governo federal (Lei nº 10.779 de 2003) que garante o pagamento de um benefício aos pescadores e pescadoras artesanais durante o período de reprodução de algumas espécies utilizadas na pesca artesanal.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubana Palhares; HANAZAKI, Natalia. Coastal-marine protected areas in Santa Catarina under the local people's perspective: contributions of the literature. **Ambiente e Sociedade**, v.18, n.4, p.93-112, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOC974V1842015>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

ANDRADE, Cleomar Felipe Cabral Job. Da pesca à festa de São Pedro em Tambaú: um olhar sobre o saber-fazer de pescador. **Vivência: Revista de Antropologia**, v.1, n.47, p.73-88, 2016. Acesso em: 22 de junho de 2019.

CALAZANS, Roseni Santana. Marisqueira é pescadora: mulheres negras do Quilombo de São Braz – Santo Amaro, Bahia. **Revista da ABPN**, v.9, n.23, p.82-108, 2017. <http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/508>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

CARMO, Jhader Cerqueira do; PIRES, Mônica Moura; JÚNIOR, Guilhardes Jesus; CAVALCANTE, Aniram Lins; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. Voz da natureza e da mulher na RESEX de Canavieiras-Bahia-Brasil: Sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo. **Revista de Estudos Feministas**, v.24, n.1, p.155-180, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p155>. Acesso em: 20 de julho 2019.

CIDREIRA-NETO, Ivo Raposo Gonçalves; RODRIGUES, Gilberto Gonçalves. Relação homem-natureza e os limites para o desenvolvimento sustentável. **Revista de Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v.6, n.2, p.142-156, 2017. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/viewFile/231287/25644>. Acesso em: 10 julho de 2019.

CIOMMO, Regina Célia. Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma Reserva Extrativista Marinha. **Ambiente e Sociedade**, v.10, n.1, p.151-163, 2007. <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a10>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.

ETTINGER, Valéria Marques Tavares de Menezes; JÚNIOR, Guilhardes Jesus; SETENTA, Aline Maron; CAVALCANTE, Aniram Lins. Cultura, identidade e gênero: tecendo a Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras do Sul da Bahia. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v.4, n.3, p.151-179, 2015. https://www.researchgate.net/profile/Guilhardes_De_Jesus_Junior/publication/319359871_Cultura_Identidade_e_Genero_Tecendo_a_Nete_de_Mulheres_de

Comunidades_Extrativistas_e_Pesqueiras_do_Sul_da_Bahia/links/5af9a00e0f7e9b026bf748e0/Cultura-Identidade-e-Genero-Tecendo-a-Rede-de-Mulheres-de-Comunidades-Extrativistas-e-Pesqueiras-do-Sul-da-Bahia.pdf. Acesso em: 11 de julho de 2019.

FADIGAS, Amanda Braga de Melo; GARCIA, Loreley Gomes. Uma análise do processo participativo para a conservação do ambiente na criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana. **Sociedade & Natureza**, v.22, n.3, p.561-576, 2010. <https://www.redalyc.org/pdf/3213/321327200012.pdf>. Acesso em: 02 de julho de 2019.

FASSARELLA, Simone Simões. O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino. **Revista Ser Social**, v.10, n.23, p.171-194, 2008. https://doi.org/10.26512/ser_social.v10i23.12956. Acesso em: 05 de julho de 2019.

FIGUEIREDO, Marina Moreira Alves. A participação da mulher na organização socioespacial das comunidades pesqueiras: um estudo de caso na Reserva Extrativista Baía do Iguape – BA. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v.4, n.2, p.77-85, 2013. <http://doi.org/10.5212/Rlagg.v.4.i2.077085>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

FIGUEIREDO, Marina Moreira Alves; PROST, Catherine. O trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal. **Revista Feminismos**, v.2, n.1, p.82-93, 2014. https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40909722/artigo_feminismos.pdf?response-content. Acesso em: 05 de julho de 2019.

FIGUEIREDO, Marina Moreira Alves. Gênero e participação política: a experiência da Rede de Mulheres Pescadoras do Sul da Bahia. **Revista Ártemis**, v.20, p.171-179, 2015. <http://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/27056>. Acesso em: 05 de julho de 2019.

FONSECA, Marília; ALVES, Fátima; MACEDO, Márcio Chagas; AZEITEIRO, Ulisses. O papel das mulheres na pesca artesanal marinha: estudo de uma comunidade pesqueira no Município de Rio das Ostras, RJ, Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, v.16, n.2, p.231-241, 2016. <http://dx.doi.org/10.5894/rgci593>. Acesso em: 02 de junho de 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Editora Atlas: 2008.

GOES, Lidiane Oliveira; CORDEIRO, Rosineide Lourdes Meira. A mulher pescadora no cotidiano da pesca artesanal. **Psicologia em Revista**, v.24, n.3, p.778-796, 2018. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n3p778-796>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

HELLEBRANDT, Luceni; RIAL, Carmen; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Pesca e gênero: reconhecimento legal e organização das mulheres na “Colônia Z3” (Pelotas/RS – Brasil). **Vivência: Revista de Antropologia**, n.47, p.123-136, 2016. https://www.researchgate.net/profile/Luceni_Hellebrandt/publication/309399205_PESCA_E_GENERO_RECONHECIMENTO_LEGAL_E_ORGANIZACAO_DAS_MUL. Acesso em: 20 de julho de 2019.

LEITÃO, Maria do Rosário. **Gênero e pesca: o Conselho Pastoral da Pesca e sua contribuição na trajetória da Articulação das Mulheres Pescadoras**. In. KNOX, W.; TRIGUEIRO, A. (orgs.). Saberes, narrativas e conflitos na pesca artesanal.

Vitória: EDUFES, 2015.

LIMA, Maira Egito Alves de; SELVA, Vanice Selva Fragoso; RODRIGUES, Gilberto Gonçalves. Gestão participativa nas reservas extrativistas: a atuação do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.9, n.4, p.1072-1087, 2016. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/view/233904>. Acesso em: 05 de junho de 2019.

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Estudos Feministas**, v.20, n.3, p.713-737, 2012. <https://www.jstor.org/stable/24328258>. Acesso em: 02 de julho de 2019.

MARTINS, Mary Lourdes Santana; ALVIM, Ronaldo Gomes. Perspectivas do trabalho feminino na pesca artesanal: particularidades da comunidade Ilha do Beto, Sergipe, Brasil. **Boletim do Museu Emílio Goeldi de Ciências Humanas**, v.11, n.2, p.379-390, 2016. <https://www.redalyc.org/pdf/3940/394054353003.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Sentimento de corporação, cultura do trabalho e conhecimento patrimonial pesqueiro: expressões socioculturais da pesca artesanal. **Revista de Ciências Sociais**, v.43, n.1, p.8-27, 2012. <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/417>. Acesso em: 12 de junho de 2019.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Pescados, pescarias e pescadores: notas etnográficas sobre processos ecossociais. **Boletim do Museu Emílio Goeldi de Ciências Humanas**, v.11, n.2, p.391-414, 2016. <https://www.redalyc.org/pdf/3940/394054353004.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Particularidades do pertencimento na pesca artesanal embarcada. **Ciências Sociais Unisinos**, v.54, n.2, p.256-268, 2018. http://www.revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2018.54.2.12. Acesso em: 22 de julho de 2019.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; SANTOS, Andréia Patrícia dos. Particularidades do pertencimento na pesca artesanal embarcada. **Ciências Sociais Unisinos**, v.54, n.2, p.256-268, 2018. http://www.revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2018.54.2.12. Acesso em: 31 de março de 2020.

SANTOS, Thiago Jerônimo Pinto de. Mulher e pesca artesanal: uma análise da participação das pescadoras de Belo Jardim – PE para o desenvolvimento local na Colônia Z-28. **Revista Oricuri**, v.6, n.1, p.14-26, 2016. <http://www.revistas.uneb.br/index.php/ouricuri/article/view/2277>. Acesso em: 14 de julho de 2019.

SILVA, Adriano Prysthon da. **Pesca artesanal brasileira: aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos**. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

Recebido: 21/08/2019.

Aprovado: 17/02/2020.

DOI: 10.3895/cgt.v13n42.10577.

Como citar: CIDREIRA NETO, Ivo Raposo Gonçalves, RODRIGUES, Gilberto Gonçalves, CANDEIAS, Ana Lúcia Bezerra. Pesca Artesanal: identidade e representatividade da mulher pescadora. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 13, n. 42, p. 62-76, jul./dez. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Ivo Raposo Gonçalves Cidreira Neto

Avenida Professor Moraes Rego, número 1235, Bairro Cidade Universitária, Recife, Pernambuco, Brasil.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

